

Ofício nº 635/2008/SOF-ANA

00000.014413/2008

Brasília, 24 de junho 2008.

À Sua Senhoria o Senhor
MARLEY CAETANO DE MENDONÇA
Presidente da Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
SEPN 505 – Lote 2 – Edif. Marie Prendi Cruz – 1º andar – Sala 108
70730-540 – Brasília – DF

Assunto: **Resposta aos questionamentos da CTAP/CNRH sobre as usinas hidrelétricas Estreito e Tijuco Alto**

Prezado Senhor,

1. Reportando-me aos Ofícios nº 6/2008/CTAP/CNRH/MMA e 7/2008/CTAP/CNRH/MMA, da Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP/CNRH, venho prestar os seguintes esclarecimentos sobre os procedimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos referentes às usinas hidrelétricas Estreito, no rio Tocantins, e Tijuco Alto, no rio Ribeira do Iguape.
2. A UHE Estreito, no rio Tocantins, foi objeto de concessão do uso do potencial de energia hidráulica, outorgada por meio do Decreto de **26 de novembro de 2002**, e do contrato de concessão nº 94, assinado em 27 de dezembro de 2002. Conforme entendimento da Procuradoria Geral da ANEEL, essa concessão **abriga a respectiva outorga de direito de uso de recursos hídricos**, tendo em vista que foi expedida anteriormente à data da Resolução nº 131, de 11 de março de 2003. Portanto, a UHE Estreito possui outorga de direito de uso de recursos hídricos, com validade até **27 de dezembro de 2037**, coincidente com o respectivo contrato de concessão.
3. Contudo, tendo em vista que foi constatado o descumprimento do prazo legal de dois anos para início da implantação do empreendimento, estabelecido pelo Art. 5º Lei nº 9.984, de 2000, foi iniciado na ANA processo formal de fiscalização (processo nº 02501.000305/2008). Nesse processo, foi aplicada a penalidade “advertência por escrito”, prevista na Lei nº 9.433, de 1997, e a concessionária foi notificada a prestar justificativas.
4. Quanto à previsão de eclusas, embora solicitado em 14 de fevereiro de 2008, a ANEEL ainda não encaminhou cópia do projeto básico à ANA, para verificação da previsão de estruturas que garantam as condições adequadas ao transporte aquaviário. Contudo, esclarecemos, novamente, que a decisão sobre a época de implementação das eclusas é uma decisão do Governo Federal, que leva em conta, entre outros fatores, a oportunidade de investimento. Cabe à ANA avaliar se o **projeto** de barramento permite, em qualquer momento, a implantação da hidrovia no rio Tocantins.
5. Quanto à UHE Tijuco Alto, a outorga de direito de uso de recursos hídricos está **válida e em vigor**, uma vez que o Decreto nº 96.746, de 21 de setembro de 1988, que outorga a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica abriga, também, a **outorga de direito de uso de recursos hídricos**, conforme entendimento da ANEEL.

Sector Policial - Área 5 - Quadra A - Bloco "B" - "E" e "M" - Brasília-DF - CEP 70610-200 - Telefone (61) 2109-5400 - Fax (61) 2109-5265
imprensa@ana.gov.br

PROTOCOLADO EM
RECEBUE OFICIAL

EM 25-06-08

HORA 10h30

ASS: Maria Maria



6. Entretanto, foram promovidas diversas alterações e atualizações na concepção da UHE Tijuco Alto, para redução dos impactos ambientais, o que motivou solicitação de atualização das condições de outorga encaminhada pela ANEEL à ANA. Assim, os ajustes e detalhamentos das condições atuais de uso da água do empreendimento serão objeto de regulamentação por meio de Resolução específica da ANA, a ser emitida após análise técnica, já em andamento. Com relação aos questionamentos apresentados, prestamos os seguintes esclarecimentos.

- a. As eventuais alterações da qualidade da água do rio Ribeira do Iguape decorrentes da implantação do reservatório serão avaliadas pela ANA, sob ponto de vista de seu efeito e restrições sobre os usos múltiplos da água, apenas no que se refere à DBO, Fósforo e Nitrogênio. Essa avaliação poderá resultar em condicionantes específicas da outorga, como o monitoramento de parâmetros de qualidade da água. Contudo, os impactos ambientais decorrentes da alteração da qualidade da água, como a proteção das comunidades aquáticas, e as medidas preventivas a serem tomadas pelo empreendedor, como o desmatamento prévio, deverão ser objeto de análise no processo de licenciamento ambiental;
- b. O efeito da vazão mínima a jusante proposta sobre os usos múltiplos da água, durante as fases de enchimento e operação, serão avaliados pela ANA, podendo ser estabelecido valor(es) diferente(s) do proposto. Contudo, os impactos ambientais deverão ser objeto de análise no processo de licenciamento ambiental;
- c. O planejamento de utilização das águas da bacia do rio Ribeira do Iguape para abastecimento das Regiões Metropolitanas de Curitiba e de São Paulo será objeto de avaliação da ANA. Essa avaliação poderá resultar em restrições à outorga da UHE Tijuco Alto, tendo em vista a prioridade de uso da água para consumo humano;
- d. Os impactos ambientais sobre o complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape-Paranaguá e sobre a redução da população de peixes não serão objeto de avaliação da ANA, mas sim do processo de licenciamento ambiental;
- e. Atualmente, existe uma forte interação entre as equipes técnicas de análise de outorga, na ANA, e de licenciamento ambiental, no IBAMA. Assim, os impactos ambientais e sobre usos múltiplos, bem como a articulação entre condicionantes do licenciamento ambiental e da outorga são discutidos conjuntamente pelas duas equipes.

7. Esperando ter prestado os esclarecimentos solicitados e contando com vosso apoio na implementação participativa dos procedimentos de gestão de recursos hídricos referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos, coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais por meio dos nos telefones (61) 2109-5234/(61) 2109-5351.

Atenciosamente,



FRANCISCO LOPES VIANA
Superintendente de Outorga e Fiscalização